



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria do Tesouro Nacional
Assessoria de Risco, Controle e Conformidade

OFÍCIO SEI Nº 63980/2024/MF

Brasília, na data da assinatura.

Ao Senhor
RUDINEI MARQUES
Sindicato Nacional dos Auditores e Técnicos Federais de Finanças e Controle
UNACON Sindical

Assunto: Of. DEN no 142/2024. Atividades críticas.

Referência: Ao responder este Ofício, favor indicar expressamente o Processo nº 14022.072356/2024-87.

Senhor Presidente,

- Em atenção ao Ofício DEN nº 145/2024, após reanálise por parte das unidades desta Secretaria das entregas críticas da STN à luz das considerações da UNACON exaradas no anexo ao Ofício DEN nº 143/2024, sugiro a realização de reunião conjunta entre essa UNACON sindical e esta Secretaria do Tesouro Nacional no **dia 23/10/2024, quarta-feira, às 10h**, para apresentação dos serviços ou atividades considerados essenciais, bem como dos respectivos contingentes mínimos, de modo a assegurar tanto o legítimo exercício do direito de greve dos servidores, conforme estabelecido pela Constituição Federal e legislação em vigor, quanto a prevalência do interesse público. Solicito que sejam encaminhados ao endereço eletrônico **asrcc@tesouro.gov.br** os nomes e endereços eletrônicos dos indicados a participar da reunião.
- Por oportuno, esclareço que a referida reanálise manteve os critérios previamente estabelecidos para o que se considera ser "entrega crítica", a saber: risco de instabilidade do Sistema Financeiro Nacional, potencial descumprimento legal, possibilidade de dano efetivo ao erário em caso de não execução, ou demais casos de responsabilização de agentes públicos. A listagem já contempla as entregas de produtos ou serviços críticos/prioritários para a continuidade de negócios nos níveis mínimos previamente estabelecidos de acordo com a Política de Governança e Gestão de Continuidade de Negócios da Secretaria do Tesouro Nacional.
- Cumprе ressaltar que art. 10º da lei 7.783, de 28 de junho de 1989 traz um rol meramente exemplificativo, conforme julgado pelo STF no Mandado de Injunção nº 708/DF, e cabe à administração, no exercício do dever de zelar pelo interesse público e da manutenção das atividades estratégicas típicas de estado, a determinação das atividades cuja manutenção é imprescindível. A fixação do quantitativo mínimo de servidores necessário varia de acordo com a atividade em questão, estando os percentuais referidos na tabela relacionados ao contingente atualmente alocado em cada uma.
- Reforçamos a importância de serem observados os critérios acima, uma vez que a Lei nº. 7.783/1989 (Lei da Greve) expressa: "Art. 15 A responsabilidade pelos atos praticados, ilícitos ou crimes cometidos, no curso da greve, será apurada, conforme o caso, segundo a legislação trabalhista, civil ou penal." Portanto, deve-se caracterizar a essencialidade destas atividades com a finalidade adicional de evitar possíveis danos funcionais.

Entregas críticas e quantitativo de pessoal

	Subsecretaria	Entrega Crítica	Quant. Atual	Percentual Mínimo
1	GABIN	Centralizar o relacionamento da Instituição com órgãos de controle interno e externo, incluindo a coordenação do fornecimento das informações da PCPR	4	50%
2	GABIN	Gerir o atendimento às demandas de órgãos externos (com destaque para os processos judiciais). Como órgãos externos entende-se, principalmente, mas não exclusivamente os do poder judiciário, Polícia Federal, Ministério Público Federal, órgãos da Advocacia Pública,	4	50%
3	GABIN	Acompanhar a gestão dos riscos e a execução dos Planos de Continuidade de Negócios da STN, e reportar à Alta Administração em caso de materialização de risco crítico ou ameaça de interrupção.	4	50%
4	GABIN	Posicionamento Institucional relativo a propostas críticas de natureza legislativa (sanções).	4	75%
5	GABIN	Resposta a Requerimentos de Informação	4	75%
6	GABIN	Posicionamento Institucional relativo a propostas de Resolução ou Voto do CMN.	3	67%
7	SUAFI	Gestão da Conta Única: Monitorar as movimentações financeiras realizadas por meio do Sistema de Transferência de Reservas (STR) e do Sistema de Pagamentos Instantâneos (SPI) que impliquem em movimentação de recursos da Conta Única do Tesouro Nacional.	8	75%
8	SUAFI	Acompanhamento da Arrecadação e Classificação da receita	2	100%

	Subsecretaria	Entrega Crítica	Quant. Atual	Percentual Mínimo
9	SUAFI	Liberações obrigatórias ou inadmissíveis de recursos financeiros aos órgãos setoriais.	3	67%
10	SUAFI	Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias	5	40%
11	SUAFI	Decreto Inicial de Programação Orçamentária e Financeira	8	50%
12	SUAFI	Atualização dos cronogramas ou limites de pagamento do Decreto de Programação Orçamentária e Financeira, após RARDP.	8	50%
13	SUCON	Relatório Resumido da Execução Orçamentária do Governo Federal: elaboração, publicação e envio ao Siconfi.	5	60%
14	SUCON	Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo federal: elaboração, publicação e envio ao Siconfi.	5	60%
15	SUCON	Balanço-Geral da União	6	67%
16	SUCON	Siafi - manutenção das rotinas fundamentais de execução orçamentária e contábil, encerramento do exercício, bloqueio e cancelamento de restos a pagar	7	71%
17	SUCON	Siconfi – manutenção das rotinas para a coleta dos dados orçamentários, fiscais e contábeis da União, estados e municípios	4	75%
18	SUCON	Balanço do Setor Público Nacional	5	60%
19	SUCON	Sistema de Informações de Custos do Governo Federal – manutenção das rotinas fundamentais	5	60%
20	SUCON	Atendimento das demandas dos órgãos de controle, do Legislativo e do Judiciário	72	7%
21	SUCOP	Atendimentos de demandas de Acesso à Informação, conforme a Lei de Acesso à Informação (LAI)	2	50%
22	SUCOP	Execução Orçamentária e Financeira do Orçamento Administrativo	8	50%
23	SUCOP	Publicações no Diário Oficial da União	2	50%
24	SUCOP	Processo de gestão e renovação de contratos ligados a serviços essenciais.	5	40%
25	SUCOP	Novas contratações de serviços essenciais	6	33%
26	SUCOP	Fiscalizar Contratações - Pagamento de contratos ligados a serviços essenciais	13	46%
27	SUCOP	Planejar Níveis de Serviço - Disponibilidade dos serviços de TI ligados a serviços essenciais mantidos no SERPRO	10	30%
28	SUCOP	Gerenciar Atendimento de TI - Suporte aos usuários relacionado a serviços essenciais	10	50%
29	SUDIP	Leilões de títulos da dívida interna	19	42%
30	SUDIP	Operações da dívida externa: emissões de títulos e desembolsos da dívida contratual	17	71%
31	SUDIP	Pagamentos da Dívida Pública Federal - DPF	12	67%
32	SUDIP	Pagamento das honras de aval	10	60%
33	SUDIP	Emissões diretas de títulos	12	67%
34	SUDIP	Emissões e resgates do Tesouro Direto	18	50%
35	SUDIP	Atividades associadas às captações de recursos ou pagamentos da DPF, tais como: preparação do 18-k, contratação de advogados e realização do COGED	23	26%
36	SUDIP	Divulgação ou envio de informações com prazos legais ou institucionais, tais como: plano anual de financiamento e suas revisões, relatório anual e mensal da dívida, relatórios de pré alocação, alocação e impacto das emissões sustentáveis, relatório ao Senado sobre emissões de títulos no exterior, respostas a solicitações via LAI, a requerimento de informações do Congresso e a requerimentos do TCU.	35	49%
37	SUDIP	Elaboração, execução e monitoramento do orçamento da DPF. Quanto a esta atividade, cumpre esclarecer que a Subsecretaria da Dívida Pública depende de informações de outras subsecretarias do Tesouro, sem as quais, não será possível realizar algumas dessas atividades de forma efetiva	4	75%
38	SUGEF	Análises e manifestações sobre PLs e outras medidas (Resoluções CMN) que causam impactos fiscais à União	6	67%
39	SUGEF	Novação de dívidas do FCVS nos termos da Lei nº 10.150/2000	6	67%
40	SUGEF	Pagamentos de subsídios, subvenções e Proagro sob responsabilidade da COGEF	10	70%
41	SUGEF	Boletim de Subsídios do Tesouro Nacional no âmbito do PSI e empréstimos do BNDES	4	75%
42	SUGEF	Estimativas de despesas das ações desta COGEF para compor proposta de elaboração do PLOA.	12	67%
43	SUGEF	Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias (RARDP)	7	71%

	Subsecretaria	Entrega Crítica	Quant. Atual	Percentual Mínimo
44	SUGEF	Estimativas da receita de dividendos para o PLOA e PLDO	7	43%
45	SUGEF	Classificação e acompanhamento da arrecadação da Receita de Dividendos no SIAFI	8	38%
46	SUGEF	Classificação e acompanhamento de direitos a receber relativos a dividendos/JCP	8	38%
47	SUGEF	Classificação e acompanhamento de direitos a receber relativos AFACs	8	38%
48	SUGEF	Registro trimestral da participação acionária da União (MEP)	8	38%
49	SUGEF	Assembleias de Acionistas de Companhias Abertas	20	45%
50	SUPEF	Preparação de documentos destinados a compor os projetos de leis orçamentárias, em especial o Anexo de Riscos Fiscais que acompanha o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias	18	33%
51	SUPEF	Relatório de Fundos Garantidores da Lei 12.087/2009 - FGEDUC	6	33%
52	SUPEF	Relatório de Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais	4	50%
53	SUPEF	Projeções de receitas e despesas específicas que compõem os Relatórios de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias	9	44%
54	SUPEF	Análise de Medidas Legislativas em fase de sanção e Respostas a Solicitações de Informação no âmbito da Lei de Acesso à Informação (LAI), do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), e de Requerimentos de Informação da Câmara (RIC).	8	50%
55	SUPEF	Respostas a Órgãos de Controle e a Demandas Judiciais	8	50%
56	SURIN	Calcular estimativas da Complementação da União para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB).	3	67%
57	SURIN	Cobrar valores devidos à União	3	67%
58	SURIN	Dar cumprimento a decisões judiciais em processos relacionados às transferências financeiras intergovernamentais.	7	43%
59	SURIN	Elaborar pareceres para cumprimento dos prazos estabelecidos em regulamento quanto ao Regime de Recuperação Fiscal - RRF	31	42%
60	SURIN	Emitir e efetuar pagamento de OB	6	67%
61	SURIN	Emitir pareceres de avaliação/adesão ao Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal - PEF	25	52%
62	SURIN	Executar as transferências legais e constitucionais de repartição de receitas	7	57%
63	SURIN	Fornecer informações por obrigação legal - Requerimentos de Informações, Lei de Acesso a Informação, etc.	2	50%
64	SURIN	Prestar subsídios à AGU em processos judiciais envolvendo a União	5	40%
65	SURIN	Prestar subsídios à AGU em processos judiciais envolvendo a União e Atendimento de demandas de órgãos de controle com prazo legal.	31	16%
66	SURIN	Realizar a revisão anual dos Programas de Acompanhamento e Transparência Fiscal e Reestruturação e Ajuste Fiscal - PAF	33	52%
67	SURIN	Verificação de limites e condições para contratação de operações de crédito por estados, Distrito Federal e municípios.	32	31%

GABIN - Gabinete da Secretaria do Tesouro Nacional
 SUAFI - Subsecretaria de Administração Financeira Federal
 SUCON - Subsecretaria de Contabilidade Pública
 SUCOP - Subsecretaria de Assuntos Corporativos
 SUDIP - Subsecretaria da Dívida Pública
 SUGEF - Subsecretaria de Gestão Fiscal
 SUPEF - Subsecretaria de Planejamento Estratégico da Política Fiscal
 SURIN - Subsecretaria de Relações Financeiras Intergovernamentais

Atenciosamente,

Documento assinado eletronicamente

ROGERIO CERON DE OLIVEIRA

Secretário do Tesouro Nacional



Documento assinado eletronicamente por **Rogério Ceron de Oliveira, Secretário(a)**, em 22/10/2024, às 14:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **45777763** e o código CRC **F0F37FAD**.

Esplanada dos Ministérios, Bloco P, Gabinete - Bairro Zona Cívico-Administrativa
CEP 70079-900 - Brasília/DF
(61) 3412-2222 - e-mail asrcc@tesouro.gov.br - gov.br/fazenda

Processo nº 14022.072356/2024-87.

SEI nº 4577763